

A Ciência e os caminhos do desenvolvimento

As políticas públicas e sociais nas trajetórias de vida e escolarização de deficientes visuais em Campos dos Goytacazes

Josete Pereira Peres Soares, Sílvia Alícia Martinez

A educação especial, conforme LDBEN nº 9.394/96 deve ser oferecida desde a educação infantil e entendendo-se ao longo da vida. A organização da educação especial e os direitos do aluno que necessita da mesma são garantidos em leis relativas à matéria, seja em nível nacional ou internacional. A presente pesquisa tem como foco de análise as trajetórias de vida de deficientes visuais adultos em Campos dos Goytacazes, buscando conhecê-las e analisar a presença ou ausência de políticas públicas sociais que atenderam esses deficientes em suas trajetórias de vida e escolarização, o que vai permitir identificar a presença ou omissão do estado como garantidor de acesso à escola e permanência de pessoas com deficiência. A metodologia utilizada é a História Oral, com enfoque em relatos de vida a partir de entrevistas em profundidade com 8 deficientes visuais; assim como análise de bibliografia de autores da área e legislação atualizada. Os sujeitos entrevistados possuem como escolarização mínima a graduação e cegueira total, estando classificados entre os que: 1) nasceram cegos; 2) tornaram-se cegos devido a algum acidente; 3) tornaram-se cegos devido a alguma doença. A busca pelos sujeitos foi iniciada no Educandário para Cegos São José Operário, instituição especializada de atendimento à pessoa com deficiência visual, em entrevista a uma professora que possuía esta deficiência. A partir da mesma outros sujeitos foram contactados e as entrevistas realizadas. Alguns resultados parciais: a família e os amigos foram identificados como os grandes suportes para os sujeitos concluírem o ensino superior; e o apoio do estado foi bem tímido, no entanto pode-se perceber a presença do mesmo em diversas circunstâncias: 1) oferta de escola pública; 2) apoio financeiro a instituições de atendimento a deficientes visuais, e oferta de materiais pedagógicos como reglete, dentre outros; 3) política de cotas para ingresso nas instituições; e 4) subsídios para aquisição de material específico, dentre as quais tecnologias da informação e comunicação na forma de auxílios prestados às pessoas com deficiência visual. Observou-se também que algumas políticas públicas poderiam ser acessadas, como o Fies para pagamento de mensalidades em instituições particulares, porém não fora utilizada.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Deficiente visual, Trajetórias de vida.